

ATA DA 107ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ROMILDO TITON

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Kennedy Nunes - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Queremos cumprimentar todos os alunos da Escola Estadual Básica Victor Hering, de Blumenau, que nos dão a honra de estarem presentes nesta sessão. Sejam todos bem-vindos e sintam-se à vontade nesta Casa.

Passaremos às Breves Comunicações.

Não há oradores inscritos para as Breves Comunicações, passaremos direto ao horário destinado aos Partidos Políticos.

Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, serei extremamente breve, mas não poderia deixar de cumprimentar a presidente dos Conselheiros Tutelares de Santa Catarina, dona Janete Moreira Vieira, que pertence ao município de São Lourenço do Oeste. Essa associação está dividida em 21 coordenadorias, que

corresponde também à Divisão da Associação dos Municípios de Santa Catarina, Fecam, que teve um grande encontro em Criciúma. E hoje tem um encontro no Cedca, no Conselho Estadual, aliás, a partir de agora a Associação dos Conselheiros Tutelares terá participação como membro efetivo do Cedca, conquista desta associação.

Os nossos cumprimentos à dona Janete Moreira Vieira, pelo seu trabalho, também pelo trabalho de todos os conselheiros, um trabalho permanente não só para valorizar o conselheiro tutelar, mas principalmente para dar oportunidades às nossas crianças e adolescentes, para que tenham um futuro e sejam uma geração melhor.

Quero também cumprimentar de forma muito carinhosa os alunos e os professores da Escola Victor Hering, de Blumenau. Muito obrigado, pela presença de todos.

Posso dizer a vocês que a participação do jovem, do adolescente, das crianças, nesta Casa é muito importante, pois aqui é a Casa de todos, não só daqueles que votam, pois somos representantes de todos. Inclusive, muitas vezes os deputados apresentam projetos que são sugeridos pelas crianças, adolescentes ou alunos. Eu mesmo já apresentei um projeto com relação à venda de ingressos para eventos, pois só vendiam pela internet a entrada inteira, e a meia entrada teria que ser comprada no balcão do evento.

Quando o evento é na nossa cidade, pode ser que não percebamos a importância do projeto, mas imaginem alguém que queira ir a um evento em Curitiba, no Rio de Janeiro ou em Porto Alegre e ter que comprar no balcão não haverá economia nenhuma. E a partir de uma sugestão de um adolescente como vocês, apresentamos um projeto que foi aprovado.

Por último, sr. presidente, quero destacar a questão dos hospitais de Santa Catarina. Nós temos 180 hospitais filantrópicos e estamos agora no momento de votar o Orçamento.

Este governo tem sido de certa maneira benevolente com os hospitais no momento em que criou o mutirão, pois dependendo do tipo de cada

procedimento o estado, além do que o SUS paga, bancará R\$ 300,00 ou R\$ 400,00 ou R\$ 500,00. Se for um procedimento pequeno o governo repassará para o hospital e para a equipe médica somente o valor de R\$ 300,00, se for um procedimento um pouco maior será R\$ 400,00 e se for um procedimento será R\$ 500,00. Então, não é um valor exagerado, mas isso significa duas coisas: primeiramente, um estímulo para a equipe médica e para o hospital e, em segundo lugar, principalmente, uma vontade do governo de participar um pouco com os hospitais filantrópicos que atendem pelo SUS.

Porém, aquilo que recebem do SUS é um valor extremamente pequeno, até porque o último reajuste foi feito em 1996. Parece até mentira! A gasolina está sendo reajustada de vez em quando, o óleo diesel está sendo reajustado de vez em quando, o preço dos alimentos vai sendo reajustado conforme o custo das coisas. A medicação, por exemplo, aumentou, o laboratório aumentou o preço, a lavanderia aumentou o preço. Todos os produtos que são usados no hospital aumentaram. O hospital não fabrica nenhum produto para utilizar no hospital, ele compra tudo! Ele compra para usar para os procedimentos. Então, aqueles produtos foram todos reajustados.

Se se pagava R\$ 10,00 há 18 anos, continuam sendo pagos esses mesmos R\$ 10,00. Não houve reajuste nenhum. Ora, isso está tornando os hospitais totalmente inviáveis. Além disso, faz alguns meses que a secretaria de estado da Saúde não tem recebido dinheiro do SUS ou se tem recebido não chega à secretaria, sendo que a mesma tem até dificuldade de bancar alguma coisa para os hospitais.

Então, tem aqui na Casa, deputado Kennedy Nunes, um projeto de lei que não cobraria o ICMS da luz, da água, dos hospitais. Mas em minha opinião deveria ser também de outros produtos, porque é inadmissível o hospital, sobre todos os produtos que compra, pagar impostos como qualquer outra empresa.

Então, além de o governo não ajudar os hospitais do SUS, de não corrigir, ou ainda o próprio governo do estado participar com pouco nos hospitais, além de não ajudar, aqui, no Brasil, se cobra impostos, ICMS, IPI, sobre os remédios que se compra nas farmácias e também sobre o que o hospital compra.

Eu imagino que tem muito produto que o hospital compra que com aquilo que ele recebe do SUS não dá nem para pagar o imposto que é cobrado dele, porque esse está sendo reajustado. O imposto é reajustado junto com o preço do remédio.

Agora estamos na época do Orçamento e se aprovarmos esse projeto de lei que isenta os hospitais de ICMS, que também é de minha autoria, um deles, mais adiante vai voltar um veto dizendo que não pode ser de iniciativa do Parlamento a isenção do ICMS dos hospitais.

Então, quero chamar a atenção do relator, deputado Gilmar Knaesel, que está apresentando o relatório do Orçamento do ano que vem, para considerar essa possibilidade, ou seja, colocar no Orçamento que o governo, se é que de fato tem a intenção de isentar o ICMS dos hospitais, que tem que prever essa falta de receita, essa diminuição de receita, por conta da não cobrança do ICMS, justamente para poder permitir ao governo não ter a desculpa de dizer que agora não pode mais conceder a isenção, porque já está no orçamento e a Assembleia não fez nada. Certo? Ou seja, aprovar o projeto que está aqui para isentar o ICMS, como é a nossa vontade, só isso não vai ser suficiente. Nós precisamos nos articular para prever isso no Orçamento de 2015.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Serafim Venzon.

O próximo horário pertence ao Democratas.

(Pausa)

Na ausência de representante do Democratas, os próximos minutos são destinados ao PP.

(Pausa)

Na ausência de representante dos progressistas, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha, também sobre o assunto que o deputado Serafim Venzon abordava, eu estava fazendo uma leitura do Orçamento que foi encaminhado pelo governo do estado à Assembleia Legislativa, principalmente sobre os investimentos programados para a área da Saúde e da Educação.

São quase R\$ 5 bilhões previstos pelo governo do estado, no atual Orçamento, à área da Educação. É uma área fundamental, uma área que precisa de investimentos. Nós temos obras importantes sendo realizadas. Temos quase 1.200 colégios estaduais no estado de Santa Catarina, que precisam de investimentos, de equipamentos e de aprimoramento. E o governo do estado tem trabalhado. Quase que 800 desses 1.200 estão em obras, em ampliação, em reforma, em transformação. E na área da Educação, na área da Saúde, são investimentos de R\$ 2 bilhões que o governo do estado vai fazer, pelo Orçamento encaminhado à Assembleia Legislativa.

A Saúde é, sem dúvida, o calcanhar de Aquiles de qualquer governo, é cara, mas é o que a sociedade precisa. Então, o que se faz pela Saúde, o que se faz pela Educação, esses investimentos em hospitais, em qualidade de vida, em atendimento, é o que realiza a vontade do cidadão.

No interior a agricultura é forte, é onde temos hoje uma produção de leite, uma produção de suínos bastante forte, onde há um trabalho, inclusive, com alguns jovens voltando para a agricultura. Saindo, estudando, formando-se e retornando para a agricultura.

O que o agricultor quer? O agricultor tem a sua propriedade, faz os seus investimentos, e quer qualidade de vida. Quer uma estrada em condições para poder tirar a sua produção, para poder realizar o seu trabalho, e quer saúde, esta é a grande reivindicação. Não se exige muito, ele quer

condições de trabalho, de desenvolver a sua agricultura e quer saúde quando necessário. Então, a Saúde é fundamental. Portanto, todo investimento feito é importante, e o governo do estado de Santa Catarina tem feito grandes investimentos.

Temos o Hospital Marieta Konder Bornhausen, em Itajaí, com quase 50 milhões de investimentos; o Hospital Regional do Oeste, com mais de 50 milhões de investimento. E temos que priorizar a Saúde, principalmente fortalecendo os hospitais pequenos e médios, para que possam ter a sua sobrevivência e com isso não sobrecarregar os grandes hospitais.

Tudo aquilo que pode ser resolvido num primeiro atendimento, não precisa estar lá, depois, nos grandes hospitais, onde tem que ter um atendimento mais complexo, nas necessidades maiores da nossa população.

Então, numa leitura atenta desse parecer preliminar do deputado Gilmar Knaesel, analisamos todos os investimentos de um Orçamento que será de R\$ 24 bilhões, quase R\$ 25 bilhões, que é o Orçamento do estado de Santa Catarina. Mas, como falei aqui, a nossa preocupação se centrou, inicialmente, em ver efetivamente as previsões, os valores para a Educação e para a Saúde, principalmente para a Saúde.

Sabemos do esforço do governador Raimundo Colombo, de cada vez mais melhorar a saúde da nossa gente. Falei dos hospitais de Itajaí, falei do hospital do oeste, que são, na verdade, hospitais regionais, dos investimentos nos hospitais de Joinville, do novo hospital que está sendo construído em Lages. Então, há uma preocupação do governo do estado, do governador Raimundo Colombo, com a questão da Saúde, inclusive sempre dando carta branca, condições, para que quem assume a secretaria tenha autonomia, tenha liberdade.

A toda hora os deputados estão participando com sugestões, porque o deputado é que está todo dia, é que está num final de semana, na sua região e ouve aquela pessoa que procurou atendimento e que talvez tenha encontrado alguma dificuldade

como a demora da marcação de algum exame mais complexo que seja necessário.

Então, os deputados também procuram a secretaria de Saúde, assim como as demais secretarias, dando sugestão, fazendo pedidos, intercedendo para melhorar a qualidade de vida, principalmente da saúde do estado.

Então, nessa questão do Orçamento, vejo a preocupação do governo do estado em que esses investimentos serão aplicados e, com certeza, isso melhorará a qualidade de vida do nosso povo e da nossa gente.

Outro assunto que estava acompanhando pela manhã por editorial de alguns jornais, também do *Diário Catarinense*, é a questão dos desvios da Petrobras. É lamentável estar vendo essa apuração tirando a cortina de fumaça que escondia um mar de corrupção. E ontem, quando um advogado de um dos envolvidos no Petrolão disse que não se coloca um paralelepípedo neste estado ou neste país sem ter um acerto com algum servidor público, este é um momento de reflexão. Este é um momento de mudança. Este é um momento de os prefeitos chamarem a si a responsabilidade de fazer um acompanhamento de todas as licitações que estão em andamento. Por quê? Porque quando um contrato é firmado com algum órgão público e esse contrato não é benéfico ao cidadão, não é benéfico ao estado, ele é benéfico aos particulares envolvidos nessa licitação, nesse debate.

Então, temos que fazer uma reflexão. Eu já disse aqui, num depoimento, desta tribuna, que pela nossa legislação todo casamento depois que a papelada é feita no cartório vai para o Ministério Público para dar um parecer pela concordância, pela legalidade do casamento. E acho que isso não precisa mais no Brasil de hoje. Agora, precisa, isto sim, que cada licitação, que cada compra, pelo que vejo, passar por um órgão de auditoria, pelo Ministério Público, de preferência, para que haja uma análise desse contrato, do que foi firmado, das cláusulas, das condições, do custo para o estado, para o município e dos benefícios

desse custo e do ganho da empresa que está prestando o serviço.

Então, temos que ter um momento de reflexão, temos que fortalecer o Ministério Público, os Tribunais, principalmente os Tribunais de Contas, a Polícia Civil, a Polícia Federal, para que efetivamente ocorra essa fiscalização, esse acompanhamento de contratos e de obras.

Como eu digo: não tem mais o registro civil, quando da vontade de casar, os papéis de um casamento terem que ir para o Ministério Público na época em que vivemos. Agora, pelo que vejo, os contratados, as licitações, têm, sim, que passar por esse órgão.

Vejo uma sugestão como até vergonhosa que é criar uma diretoria para fiscalizar as outras lá na Petrobras, ou seja, em cada órgão público um órgão para fiscalizar quem está ali. Ora, quem conduz aquela diretoria, quem conduz aquele cargo, tem que ser o fiscal. Ele não tem que estar fazendo as coisas às escondidas e alguém fiscalizando ele.

Ele faz um juramento, quando assume um cargo público, de honrar, de orgulhar, de respeitar a constituição, de respeitar as leis, e agora temos que criar um cargo para fiscalizar o ocupante do cargo. Isso é o fim da picada, é o fim dos tempos. Quem tem que fiscalizar e quem tem que trocar são os chefes superiores. Tem que haver reunião, tem que haver acompanhamento, não tem que haver grupo fechado. Tudo isso tem que mudar no nosso país. Tem que haver fiscalização, mas acima de tudo as pessoas têm que ter responsabilidade. E tem que ter cadeia para quem descumpra a legislação, para quem participa desses atos de corrupção.

Então, este é o momento de repensar este país e de agir com responsabilidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PT.

Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por até 11 minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. parlamentares que se encontram nesta sessão ordinária, quero registrar a presença dos alunos da Escola Victor Hering, de Blumenau. Essas crianças estão entusiasmadas em conhecer o Poder Legislativo, conhecer a capital do estado de Santa Catarina, fazer aqui também aulas na área da ciência, visitar as dunas, visitar o museu e saber um pouco da história do nosso estado.

Então, juntamente com os professores, essas 70 crianças saíram muito cedo hoje de Blumenau e estão na capital para fazer esse estudo, para visitar o Parlamento, o que muito me honra, porque é uma grande escola que está passando por uma série de dificuldades, à qual já agendamos uma visita para saber mais informações sobre o que está acontecendo naquela escola e que a gente possa usar o tempo aqui para fazer as benfeitorias que os alunos tanto mencionaram no dia de hoje. Sejam todos bem-vindos a esta Casa.

Quero cumprimentar os que nos acompanham pela a nossa TVAL que fez 15 anos de funcionamento e que é um orgulho para todos nós, através desses grandes profissionais que atuam na TVAL, fazendo belas reportagens, documentários e também mostrando para o público catarinense a atividade do Parlamento, enaltecendo, inclusive, para conhecimento de toda a população, os projetos de lei, as leis que são debatidas e votadas nesta Casa. E a nossa Rádio Alesc tem também a responsabilidade de informar a nossa comunidade.

Sr. Presidente, ouvi atentamente a fala do deputado Maurício Eskudlark.

Pela primeira vez no Brasil temos vivenciado a atuação, sem nenhuma interferência do governo federal, da nossa Polícia Federal, que agora está investigando esses casos que precisam ser investigados, pois os culpados têm que ser punidos. É isso que defendemos. Isso não acontecia, pois os escândalos eram colocados embaixo do tapete.

A Polícia Federal não podia fazer as investigações. Mas agora, graças a Deus, estamos vivendo em um meio transparente, onde a população

controla, pode visualizar o que está acontecendo. Mas também o Judiciário, os órgãos da Justiça, têm que, sim, fazer a sua parte, o seu dever de casa.

Estamos vivenciando, e acredito que a mão firme da nossa presidenta Dilma foi quem determinou isso, o combate, de uma vez por todas, à corrupção no nosso país, que antes não era combatida. E vejo aqui em Florianópolis a Operação Ave de Rapina, na qual a Polícia Federal está atuando.

Eu ouvi aí mensagens telefônicas de vereadores com o IpuF, numa transação esdrúxula, que nos causou estranheza. Até a população de Florianópolis ontem fez uma operação limpeza nas escadarias da Câmara Municipal.

São ações dessa natureza que a nossa população precisa saber. Isso precisa ser investigado, e os culpados têm que ser punidos, sim. É isso o que defendemos.

Lamento também que na minha cidade, onde fui candidata à prefeita, mas não me elegi, mas lamento que a minha cidade esteja vivenciando uma nova fase. A todo o momento que circulo por lá, se vou ao supermercado ou à farmácia, sou abordada, porque pensam que sou a prefeita da cidade. Imaginem, sou a deputada, faço as leis para o estado, mas parece que sou a prefeita de Blumenau, porque as cobranças são grandes. São mães que precisam de creche, são pessoas falando da questão das cirurgias, da questão do atendimento médico nos postos de saúde, em Blumenau, que não funcionam. Até parece que sou a prefeita da cidade. Lamentavelmente isso tem acontecido sistematicamente.

É claro que tanto esta deputada quando o meu esposo, Décio Lima, ajudamos Blumenau com as emendas que não lhe são destinadas; fizemos a interferência, mas existem algumas coisas que cabe ao prefeito resolver. Vaga de creche é questão para o prefeito resolver.

Está acontecendo outro problema também. O prefeito fez um decreto em Blumenau, no sentido de que as mães que têm crianças com quatro anos de idade, a partir do ano que vem, vão poder deixar

as crianças apenas quatro horas na creche. E as outras quatro horas? Nenhuma mulher trabalha quatro horas, elas trabalham oito horas no mínimo, fora o tempo de levar e buscar a criança na creche. Imaginem, as mães estão apavoradas. Se hoje já há dificuldade de deixar uma criança maior em casa, de sete, dez anos, imaginem deixar uma criança de quatro anos em casa, sozinha. Essas mulheres não vão poder mais trabalhar, essas crianças vão ficar sozinhas, inseguras. Por isso defendemos o período integral nas creches. Essa é a nossa manifestação.

Na semana que vem haverá uma audiência pública na nossa cidade, e queremos a sensibilidade do prefeito, para que isso não ocorra a partir do ano que vem. Queremos ampliar o número de vagas e que as crianças sintam-se seguras em tempo integral e não apenas em meio período.

Também quero registrar que hoje, dia 20 de novembro, é o Dia da Consciência Negra. E quero neste momento homenagear toda a população negra de Santa Catarina, em nome do Movimento de Consciência Negra Cisne Negro, de Blumenau. Inclusive, ontem à noite estivemos reunidos com toda a diretoria que nos passou uma série de tarefas. E vamos interferir junto ao governo para realizá-las.

Gostaria de fazer a leitura do Manifesto da XI^a Marcha da Consciência Negra, que é assinado por entidades representativas do Movimento Negro Brasileiro, que representa os seus sentimentos e suas lutas, que são também as nossas lutas.

(Passa a ler.)

"Neste 20 de novembro de 2014, entidades do Movimento Negro e ativistas antirracistas saem às ruas para celebrar, pelo décimo primeiro ano, a luta Zumbi e de todos os quilombolas. Passados mais de 126 anos da abolição inconclusa, negros e negras brasileiros enfrentam ainda obstáculos de natureza estrutural para conquistar a sua plena igualdade.

Ainda que nos últimos anos conquistássemos algumas importantes políticas públicas de inclusão racial, como as cotas nas universidades e nos

concurso públicos, a instituição de ministério, secretarias e conselhos em âmbito federal, estadual e municipal para a elaboração de políticas de igualdade racial, o racismo continua impregnado na sociedade brasileira.

O racismo expressa-se pelo genocídio da juventude negra demonstrado com o crescimento de homicídios de jovens negros e negras, a maioria cometido por forças policiais, pelas ações de intervenção urbana, que isolam as periferias das grandes cidades, condenando a maioria negra a viver em condições precárias, pela pouca presença de negros e negras e da agenda antirracista nos espaços institucionais do Executivo, Legislativo e Judiciário.

Entendemos que as causas desse racismo são estruturais. Todos os indicadores socioeconômicos demonstram que as pirâmides sociais e raciais coincidem com brancos no topo e com negros e negras na base.

São necessárias reformas profundas que levem à constituição de outro modelo de sociedade, cujas instituições estejam organizadas de forma a atender às demandas da maioria da população negra. Diante disto, a agenda da 11ª Marcha da Consciência Negra defende sete eixos: pela recusa das universidades estaduais paulistas, USP e Unicamp, a implantarem sistemas de cotas, pela invisibilidade de negros e, principalmente, da agenda antirracista nos meios de comunicação de massa, sem contar a visão distorcida e preconceituosa em que personagens negros são retratados nos produtos midiáticos, pela insuficiência de recursos dos orçamentos públicos para os órgãos de combate ao racismo, pela não implantação de legislações já aprovadas de combate ao racismo, bem como as políticas de inclusão racial."

Parabéns a todos aqueles que de uma forma ou de outra estão nesse movimento que no nosso país, no estado de Santa Catarina precisamos avançar bastante.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, vou me manifestar a respeito do planalto norte catarinense. Um assunto que nós tratamos tanto aqui, na Assembleia, como no governo, por um longo período, e até fizemos muitas manifestações, é a cobrança ao governo de uma ação mais efetiva referente à situação energética na região do planalto norte.

Vários municípios, Papanduva, Itaiópolis, Monte Castelo, Major Vieira, Irineópolis, Bela Vista do Toldo, entre outros, estão há meia década com prejuízos com fumicultores, com a avicultura e outras atividades que a população exerce através do trabalho. E como disse, foram inúmeros prejuízos por conta da má qualidade da energia, da queda, da interrupção por várias horas e vários dias, e os prejuízos eram enormes.

Deputado Reno Caramori, quando cobramos, temos que nos lembrar de quando as coisas acontecem. Enfim, depois de esforços por vários parlamentares, mas, em especial, por essa decisão do governo, através da Celesc, tomaram a decisão e está sendo construída, ou foi construída, uma subestação, no município de Papanduva. E com isso uma linha alimentadora para Itaiópolis, Papanduva, Major Vieira, Monte Castelo. A próxima etapa é Irineópolis, atendendo ao referido município e aos demais municípios da região.

Portanto, a partir de dezembro oficialmente será entregue essa obra importante para atender à população do planalto norte, além de fazer com que a referida região possa ter um pouco mais de atrativo para o desenvolvimento. Essa região, depois do oeste, é a única ainda em que há espaço principalmente para a agricultura e a pecuária, porque as demais regiões do estado de Santa Catarina já estão ocupadas por indústria,

comércio, enfim, por aglomerados de população. Mas lá ainda há espaço para desenvolver principalmente a atividade da agroindústria.

Lembro-me de que ouvimos nesta Casa, de quando ainda era outro o governador, que iria se instalar lá em Canoinhas a Aurora, em Mafra, a Sadia, mas aquilo parece que foi quando estava próxima uma eleição e depois nunca mais se falou. Nós sabíamos que a própria empresa Sadia estava passando por dificuldades e que não se instalaria naquela época.

O que é que pode levar a atrair empresas, empreendedores, a se instalarem numa região? Primeiro, se não tiver energia de qualidade, qual a empresa que vai? Não vai se instalar. Então, esse é um dos fatores que contribuem para qualquer empreendedor procurar a instalação de seus negócios. Segundo, a logística, ou seja, rodovias.

Com relação a essa decisão que foi aprovada nesta Casa e que eu tive a oportunidade de relatar, o projeto do empréstimo junto ao BID, para construir a rodovia que vai fazer a ligação do planalto norte com o vale do Itajaí, deputado Reno Caramori, e vi várias manifestações a respeito da necessidade dessa integração, então, vai começar a obra. Obviamente que levará certo tempo, mas vai contribuir também para o desenvolvimento do planalto norte, uma vez que vai encurtar a distância até a capital, uma vez que o asfalto leva desenvolvimento para qualquer empreendimento. E uma vez que há instalação de empreendimentos, também há oportunidades de emprego, de agregação de valores, de impostos.

Portanto, temos aí dois fatores que contribuem, além de ter uma boa qualificação de mão de obra, que é mais um componente para atrair o desenvolvimento, para atrair investimentos no planalto norte. E para isso se está trabalhando. Inclusive, deve ser dada mais atenção nesse aspecto de educação profissionalizante.

Há aquele projeto, lá em Canoinhas, que pode ser contemplado pela região, do estudo federal da educação. Isso vai colaborar, vai contribuir.

Assim, são três fatores que estou considerando, dentre outros.

Além disso, temos uma referência na saúde, que é criar polos de referência em Porto União, Canoinhas, Mafra, São Bento do Sul, para que possam ter alguns serviços de alta complexidade num município e outros noutros, porque não há como um único município ter todos os serviços que muitas vezes ficam ociosos, e os municípios não têm recursos para isso. Portanto, fazer esse acordo, vamos dizer assim, entre a região, como referência de cada especialidade em saúde, mas dar também a oportunidade para o desenvolvimento.

Temos também um problema grave na questão tributária, porque temos um percentual de ICMS muito maior do que o do estado do Paraná e do Rio Grande do Sul. Nós que estamos no planalto norte nos confrontamos com o estado do Paraná, e Porto União, aquela região, é muito prejudicada, assim como Irineópolis, Mafra. Mas quando se fala em tributos, se fala em impostos, é uma questão que só o governo pode tomar a iniciativa, porque é matéria tributária; portanto, podemos colaborar nos manifestando e é o que estamos fazendo.

Então, muitos produtos do estado do Paraná são de 12%, quando em Santa Catarina são de 17%. O que é que acontece? Há uma fuga de recursos de Santa Catarina para outros estados. E obviamente que quem é do ramo procura se instalar no estado do Paraná, e com isso levamos prejuízo. Nós não podemos fazer uma lei específica para o planalto, ela tem que ser para o estado todo. E infelizmente esse é um fator que se vem agravando.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Silvio Dreveck, e parabéns por sua fala. Na verdade v.exa. tem toda razão quando fala.

Também quero aproveitar para parabenizar a Celesc pela resolução do problema no planalto norte. Como v.exa. falou, a Celesc resolveu o problema não só dos empresários, mas também do morador comum que sempre sofreu com aqueles

apagões, eis que, quando nublava, apagava tudo. Mas agora a Celesc resolveu.

Não há mais oradores inscritos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias e que as mesmas terão seus encaminhamentos conforme determina o Regimento Interno:

Projeto de Lei n.s 0250/2012, 0481/2011, 0482/2011.

A Presidência comunica, outrossim, que a comissão de Turismo e Meio Ambiente apresentou parecer contrário e que será arquivado o Ofício n. 0247/2013.

A Presidência também comunica que a comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0082/2014, 0192/2014, 0193/2014, 0213/2014, 0479/2014, 0491/2014, 0505/2014, 0513/2014, 0514/2014, 0520/2014, 0541/2014, 0544/2014, 0606/2014.

A Presidência comunica, ainda, que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0004/2014, 0248/2014, 052/2014, 0392/2014, 0398/2014, 0420/2014, 0484/2014, 0546/2014, 0553/2014, 0564/2014, 0589/2013, 0596/2014, 0598/2014, 0641/2014, 0667/2014, 0669/2014, 0673/2014, 0674/2014.

A comissão de Saúde apresentou parecer favorável aos Ofícios de n.s 0135/2014, 0275/2014.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0118/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0139/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0157/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0182/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0221/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0223/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0240/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0241/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0243/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0251/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0255/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0262/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que encaminhará ao destinatário a Indicação n. 0457/2014, de autoria do deputado Darci de Matos.

Moção n. 0093/2014, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, a ser enviada à presidente da República e aos ministros do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura, pedindo apoio ao CONSAD para que ocorra a habilitação breve das suas dez agroindústrias, no SISBI/POA, incluindo empresas do sudoeste do Paraná, especificamente as cidades de Marmeleiro e Barracão.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

Quero antes, enquanto aguardo o deputado Sargento Amauri Soares se dirigir à tribuna, fazer o registro dos vereadores mirins, alunos da belíssima cidade de São Joaquim. Queremos agradecer aos estudantes da 7ª e 8ª séries, que estão juntos com o professor Maurício que faz parte da comitiva.

Muito obrigado a todos. Sejam bem-vindos à capital.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, quem nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, também quem está presente nesta manhã de quinta-feira, neste plenário, especialmente os jovens, estudantes e vereadores mirins da cidade de São Joaquim, da serra catarinense.

A deputada Ana Paula Lima já abordou esse assunto, e eu também trouxe alguns elementos para refletir a respeito da data comemorada hoje, 20 de novembro, como o Dia Nacional da Consciência Negra.

É uma discussão que se tem tornado mais forte, no Brasil, nos últimos anos, especialmente quando em algumas cidades e em alguns estados tem se sugerido tornar esse dia como feriado. E há a possibilidade de vermos quem se manifesta de um jeito ou de outro diante da proposta de tornar o Dia da Consciência Negra feriado nacional, municipal ou estadual, dependendo das circunstâncias. E por isso se tem feito o debate, que é muito importante que seja feito, porque eleva o nível de consciência.

Foi definida a data de 20 de novembro, porque historicamente é o dia da morte de Zumbi dos Palmares. Em 1695, faz bastante tempo, mais de 300

anos, dados históricos, evidentemente que é uma estimativa baseada em estudos e não se pode chegar a nenhum número preciso, dizem que foram trazidos para o Brasil 5,5 milhões de africanos, que foram capturados na África, principalmente em Gana, Congo, Angola e Moçambique, e trazidos para o Brasil de forma forçada.

Cinco milhões e meio de pessoas, e hoje não tenho dúvida que possamos dizer pessoas, dizer que os africanos são pessoas que foram trazidas como escravos, e suponho que hoje não seja nenhum desconforto mais para nossa sociedade. Esse número é praticamente a população do estado de Santa Catarina hoje, então, podemos julgar que não foi um número reduzido de pessoas.

Destes, teriam chegado vivos ao Brasil 4,8 milhões, o que indica que 700 mil pessoas morreram na travessia. Esse é o número da população da Grande Florianópolis. E parece que a humanidade se importou pouco com esse fato, com números tão expressivos.

Segundo dados do IBGE de 2012, a população negra ultrapassou cem milhões de pessoas, que é a maior quantidade da população negra fora da África. Segundo esse mesmo senso de estudos, 101.923.585 pessoas se autodeclararam negras ou pardas, o que indica que é possível dizer e afirmar com tranquilidade que a população negra, ou seja, de origem africana, no Brasil, é maior do que cem milhões de pessoas, numa população de 200 milhões, a maioria, e agora declarada pelo próprio IBGE, é composta de negros autodeclarados.

Outra reflexão que gostaria de trazer é que mesmo vinte e poucos anos depois da Abolição da Escravatura, ainda se tinha na elite brasileira, no governo brasileiro, uma visão extremamente preconceituosa, aliás, absurdamente preconceituosa, porque preconceituosa ainda existe hoje, mas absurdamente preconceituosa no Brasil. E um representante brasileiro no I Congresso Internacional das Raças, realizado em Londres, em 2011, João Batista Lazerda, que era diretor do Museu Nacional, apresentou a tese chamada Os Mestiços do Brasil, que garantia que em cem anos,

ou seja, em 2012, os negros desapareceriam da população brasileira e os mestiços seriam reduzidos a 3%. Evidente que hoje é uma tese absurda para nós, até porque falei antes já o contrário, que a essa população já é a maior parte da população brasileira, aliás, nesta época já era a maior parte da população brasileira, em 1911, assim como na maioria do período histórico dos 500 anos de colonização do Brasil. Mas o governo brasileiro, o estado brasileiro dizer, uma autoridade brasileira dizer, cem anos atrás, que não existiria mais negros no Brasil até os dias de hoje é alguma coisa aparentemente inacreditável. Um ser humano que tem essa capacidade extraordinária, um ser humano que consegue ser e é, muitas vezes, uma criatura extraordinária, também não tem limites para a estupidez. Porque trouxeram milhões de africanos para o Brasil na condição de escravos e não imaginaram ou não entenderam ou não refletiram sobre o fato real, concreto e objetivo de que essa população se tornaria parte da população brasileira de uma forma ou de outra, mesmo que na condição de escravo, que já era à época, mas que se tornaria parte da população brasileira, como de fato se tornou.

Mas a expressão desse diretor do Museu Nacional há cem anos, no I Congresso Internacional de Raças em Londres, indica não somente uma visão absurda, torta, preconceituosa, evidentemente, antissocial como também que os governos brasileiros naquele período, aliás, não somente naquele período, décadas antes e muito tempo depois, trabalharam na perspectiva de, entre aspas, "branquear" a cor da pele da população brasileira.

E a legislação, o estado brasileiro foi assumindo formato também, ao longo do tempo, conforme o seu interesse ou o interesse da sua elite dominante, da sua classe economicamente dominante, que também dominava, dominou e domina até hoje na política, tomando medidas e moldando o estado na perspectiva de impedir que aquela imensa

população de negros tivesse oportunidades no nosso país, a começar pela terra.

A primeira lei de terras no Brasil, e é importante fazer uma reflexão sobre isso, mas, infelizmente, o tempo não me permite, é de 1850. Curiosamente, deputado Kennedy Nunes, quando crescia o movimento pela abolição da escravatura, com a Lei do Ventre Livre, do Sexagenário, o estado brasileiro foi lá e criou uma lei de terras. Para dizer o que com essa lei de terras? Que a terra não é mais comum, não é mais de todos que dela tomarem posse. Agora a terra é do estado, deve ser distribuída conforme um contrato comercial registrado em cartório, sob o controle do próprio estado.

O principal objetivo da primeira lei de terras no Brasil foi justamente impedir que os escravos ou ex-escravos, à medida que fossem se tornando pessoas livres, tivessem acesso a terra, que o estado pudesse ter que reconhecer o direito do ex-escravo se tornar proprietário.

Agora que a conversa está ficando boa, no nosso entender, o tempo está acabando, mas voltaremos a este tema na semana que vem, porque isso tem a ver com a estrutura da sociedade brasileira, tal qual ela é hoje.

Finalizando, eu falei somente da lei de terras, mas foram diversas outras medidas dos governos brasileiros ao longo da história que garantiram que a população ex-escrava, a população afrodescendente, os negros do Brasil não tivessem acesso à possibilidade de igualdade econômica e, portanto, social, política e cultural em nosso país.

Essa busca pelo branqueamento da cor da pele do povo brasileiro, patrocinada por sucessivos governos ao longo de mais de um século, garantiu a injustiça e não foi feita ainda essa reparação da dívida histórica até hoje dessa imensa população que foi o braço forte que construiu esta nação por mais de três séculos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Esta Presidência também faz o registro do Dia da Consciência Negra e também da presença de três vereadores mirins da cidade de Treze Tílias, acompanhados do professor, que estão visitando esta Casa de Leis. Sejam bem-vindos à capital catarinense e à Casa de Leis estadual.

Sras. deputadas e srs. deputados, acaba de falecer em São Paulo o ex-ministro Tomas Bastos. Ele foi ministro da Justiça e faleceu agora, pela manhã.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para segunda-feira, às 19 horas, no município de Tubarão, quando será feita a homenagem aos 50 anos da Universidade do Sul, Unisul.

Está encerrada a presente sessão.